

A cidade de Simmel, a cidade dos homens

The city of Simmel, the city of men

Lúcia Leitão

Resumo

O texto a seguir apresenta uma leitura de *A metrópole e a vida mental* à luz da teoria psicanalítica. O ponto central dessa leitura é a extraordinária *intuição* de Simmel quanto à relação entre *cidade e psiquismo*. Considera-se que essa relação permite associar o sentimento de *(des) enraizamento* (Simmel) à *noção freudiana de desamparo*. Trabalha-se com a hipótese de que a cidade desempenha uma função psíquica de natureza substitutiva, da qual derivam os modos de subjetivação na cidade. Conclui-se o texto argumentando que a cidade, inclusive em sua materialidade, não é algo apartado do sujeito, mas, antes, um fenômeno marcado pela subjetividade que caracteriza tudo que é humano.

Palavras-chave: cidade; (des)enraizamento; psiquismo; subjetividade; desamparo.

Abstract

*The following text presents an interpretation of *The Metropolis and Mental Life* in light of the theory of psychoanalysis. The central point of this interpretation is the Simmel's extraordinary intuition regarding the interrelation between city and psychic. The text considers that this relation allows the association of Simmel's feeling of (un) rooting to the Freudian notion of abandonment. It is assumed that the city works as a psychic function of substitutive nature, from where the subjective ways of the city derive. The conclusion states that the city, even in its material sense, is not apart from the subject, but is rather a phenomenon that is marked by the subjectivity which characterizes everything that is human.*

Keywords: city; (un)rooting; psychism; subjectivity; abandonment.

*Le vieux Paris n'est plus (la forme d'une ville
Change plus vite, hélas ! que le coeur d'un mortel)*

Baudelaire, no poema *Le Cygne*,
parênteses do poeta

Introdução

A chamada de trabalhos para este número dos *Cadernos Metrôpole* me chegou às mãos no momento mesmo em que acabava de ler *Le monde diplomatique*, edição 114, cujo tema foi *A urbanização do mundo*. Em destaque, na primeira parte da edição, a questão da insuficiência da reflexão teórica no que diz respeito às cidades: “Desde o século XIX [escreveram os editores], quando se deu o grande êxodo para as cidades, o pensamento humano não o seguiu: conservou suas raízes e o mesmo quadro de referências”.¹ Uma afirmativa surpreendente, à primeira vista, se se considera que “desde o século XIX” a cidade tem sido objeto privilegiado de estudo nos mais diversos campos disciplinares.

No âmbito das ciências sociais, a sociologia urbana, por exemplo, com expoentes como Max Weber e Georg Simmel, bem como os teóricos que a eles se seguiram reunidos na Escola de Chicago (1920-30), inaugurou um modo de pensar a cidade que se mantém vivo ao longo do tempo, como indica, precisamente, a chamada dos *Cadernos Metrôpole*. Na arquitetura, a Bauhaus (1919-1932) ofereceu uma proposta concreta para a construção das cidades do pós-guerra, refutada, é bem verdade, por seus equívocos, hoje evidentes, pelo psicanalista alemão Alexander Mitscherlich

(1908-1982), dentre outros. Em um texto-manifesto publicado em 1970 pela Gallimard, Mitscherlich chama a atenção para a dimensão subjetiva da vida urbana e, conseqüentemente, para os equívocos dos princípios norteadores da arquitetura moderna quando aplicados à cidade. Em tempos contemporâneos, são internacionalmente conhecidos os escritos de Isaac Joseph, François Ascher, Manuel Castells, Marc Augé, Saskia Sassen, Richard Sennett, dentre muitos outros, todos atraídos justamente pela cidade e sua complexidade, inclusive como objeto de investigação teórica.

Com essas referências em mente, sem esquecer a filosofia e a literatura, chamou-me a atenção a inquietação presente no jornal parisiense, bem como na chamada de trabalhos referida, no que diz respeito à cidade dos homens.² Se o *Le monde diplomatique* abria sua edição perplexo com *A era das megalópoles* e o despreparo teórico para compreendê-las, a revista brasileira, não menos inquieta, convidava a comunidade acadêmica “a voltar o seu olhar para as metrópoles contemporâneas” – à luz de Simmel e de suas ideias seminais – e a refletir sobre elas, ratificando, desse modo, a percepção de insuficiência teórica que o *Le monde diplomatique* assinalara. Foi, portanto, nesse contexto de inquietude intelectual que me dediquei à tarefa de reler Simmel e sua obra inspiradora.

Como é próprio de obras seminais, o texto que nós, brasileiros, conhecemos principalmente como *A metrópole e a vida mental* (Velho, 1976), oferece múltiplas possibilidades de leitura. Escolhi a noção de desamparo, tal como o define a teoria psicanalítica, como chave de leitura para refletir sobre os “modos de subjetivação nas metrópoles”, conforme demanda explícita dos *Cadernos Metrópole*.

Essa escolha justifica-se por duas razões, em especial. A primeira deriva da lacuna existente no que diz respeito a pensar a cidade em sua expressão subjetiva, isto é, como produto e medida da experiência humana. Com efeito, Lefebvre (2010), na edição já mencionada do *Le monde diplomatique*, assinala justamente esse ponto.

A cidade era para os gregos um instrumento de organização política e militar. Na Idade Média ela se torna um ambiente religioso para, em seguida, aceder ao estatuto de reprodução da força de trabalho, com a chegada da burguesia industrial. *Até aqui, apenas os poetas compreenderam a cidade como a morada do homem.* (p. 20, tradução livre, destaques meus)

No que diz respeito, portanto, à dimensão subjetiva do ambiente construído, talvez o *Le monde diplomatique* tenha razão quando lamenta a insuficiência da reflexão teórica sobre a cidade ou, melhor dizendo, quando sugere que as lentes de análise empregadas para compreendê-la mantêm “o mesmo quadro de referências” utilizado desde “o século XIX”. Com efeito, mais de um século após o surgimento da teoria com a qual Sigmund Freud revolucionaria o pensamento ocidental ao longo do século XX, são poucos, ainda, os autores

que se dedicam a compreender a cidade à luz da subjetividade – no sentido psicanalítico do termo – que define o humano. Em outras palavras, não sabemos ainda, suficientemente, como acontecem os modos de subjetivação nas metrópoles, como indica a proposta de reflexão feita pela revista paulistana.

Uma outra razão da escolha dessa minha chave particular de leitura tem origem na própria escrita simmeliana. *A metrópole e a vida mental* apresenta uma desconcertante preocupação com as questões próprias da subjetividade, oferecendo, desse modo, um mote preciso para as reflexões aqui apresentadas. Quando digo desconcertante, refiro-me principalmente ao momento em que o texto veio a público (1903), assim como ao tema ao qual se dedicou o autor, a metrópole, ou a cidade (grande), tidas como sinônimos nestas minhas notas breves.

No que diz respeito ao momento, é relevante considerar – dada a chave de leitura escolhida – que a psicanálise estava apenas nascendo. A obra basilar da escrita freudiana, *A interpretação dos sonhos*, havia sido publicada em 1900 e não fora muito bem recebida à época, como indicam os biógrafos de Freud. Assim, parece estranho, desconcertante mesmo, que o sociólogo alemão apontasse para a relevância da subjetividade, isto é, para a repercussão do modo como se organiza o psiquismo humano na vida na cidade, num contexto sócio-histórico hostil a essa ideia.

Quanto ao tema tratado, a cidade grande, o desconcerto não me parece menor, ou, dito de outro modo, a abordagem simmeliana não me parece menos surpreendente. Afinal, a cidade, como se sabe, é algo coletivo por definição e, aparentemente, não propicia a

reflexão sobre a subjetividade, cujo objeto é o sujeito em sua singularidade. Nesse sentido, cabe perguntar do que falava Simmel quando, pensando a cidade, apontava para as consequências da “preponderância do espírito objetivo em relação ao espírito subjetivo”? Como compreender a ideia de que para viver a cidade é preciso criar um “órgão protetor”? Por que a cidade, que tem funcionado como um ímã (Mumford, 1982) para gerações sucessivas de pessoas, em todos os recantos da terra, seria tão ameaçadora?

Como se vê, decorrido mais de um século de sua publicação, o texto de Simmel ainda não se esgotou, como, aliás, é próprio dos clássicos. Questões relevantes quanto à dimensão subjetiva da cidade permanecem pouco exploradas. Eis, portanto, a segunda razão para a chave de leitura por mim escolhida para reler Simmel, de um modo muito particular, na era das megalópoles.

O ponto central dessa leitura é a intuição, isto é, aquilo que é próprio dos grandes pensadores, de Simmel quanto à relação entre cidade e psiquismo. É essa relação que me possibilita associar o sentimento de (des)enraizamento presente no texto simmeliano à noção freudiana de desamparo. Penso que em torno dessa ideia é possível refletir sobre os modos de subjetivação na cidade, algo que ainda nos surpreende, mesmo na era das megalópoles.

Para tanto, trabalho com a hipótese de que a cidade desempenha uma função psíquica de natureza substitutiva e, como tal, é parte importante na constituição da subjetividade. Caso essa hipótese se confirme, poderemos compreender melhor um dos motivos do desconforto que a cidade tem gerado em muitos, Nietzsche à frente, como escreveu Simmel.

Caso essa hipótese se confirme, repito, há que se refletir sobre o modo como edificamos a cidade dos homens – e como dela nos apropriamos.

A cidade de Simmel: estranhamento e desamparo

A cidade de Simmel é a cidade do estranhamento. Não é para menos. Afinal, Georg Simmel (1858-1918) vive o momento sócio-histórico em que o mundo ocidental se organiza nas cidades em consequência das transformações socioespaciais geradas pela Revolução Industrial, como se sabe. É esse o tempo em que o planeta se torna cidade,³ conforme a expressão do *Le monde diplomatique* na edição citada. O tempo em que a Europa, por exemplo, em aproximadamente um século, multiplica várias vezes a sua população urbana, como registra Bardet (1990). O tempo, ainda, em que Paris se torna metrópole, no sentido simmeliano do termo, com a anexação dos seus arredores à cidade-núcleo, em 1860, durante a intervenção de Haussmann.

Para Simmel, portanto, a cidade grande, não por acaso quantitativamente indefinida ao longo do texto, é a expressão da perplexidade, do desconhecido, da velocidade das mudanças – das imagens mutantes, do inesperado das impressões (2004, p. 62) –, do surpreendente, enfim, assinalado ao longo do texto. Imagens mutantes, impressões inesperadas que fizeram o poeta, igualmente perplexo, anotar que a forma de uma cidade muda mais rápido que o coração de um mortal, de acordo com o poema registrado em epígrafe neste texto.

Nesse contexto, a cidade surge como o ambiente do (des)enraizamento, da perda de referências que marcam a experiência humana. Um espaço-tempo no qual “a individualidade [sofre] uma intensa estimulação nervosa resultante da mudança rápida e ininterrupta de estímulos externos e internos” (2004, p. 62). São mudanças que afetam o corpo (escala espacial), que ameaçam os valores locais (cosmopolitismo) e que põem em risco as relações humanas mais caras (afeto).

Em termos psíquicos, a cidade de Simmel é, pois, um ambiente socioespacial onde o sujeito parece não se reconhecer, onde o sentimento de origem, de pertencimento, se esvai desorganizando o indivíduo, tanto e em tal medida que “ninguém se sente tão só e abandonado como na multidão da grande cidade” (ibid., p. 71). Nesse ambiente de desamparo, cada um vive sua própria experiência de exílio, essa “fratura incurável entre um ser humano e seu lugar natal”, como escreveu Said (2003, p. 46). Um exílio que não se refere a um tempo, a exemplo dos quarenta anos do povo hebreu no Egito em tempos imemoriais, mas, sim, a um espaço – talvez a uma circunstância – para sempre perdido. Um exílio do qual não há volta. Um espaço para o qual não é possível o retorno.

Para Simmel, esse lugar paradisíaco havia sido a aldeia, ou a cidade pequena, apresentada subliminarmente ao longo do texto como um ambiente acolhedor, como o espaço das relações afetivas, pautadas pela sensibilidade, diz Simmel (2004, p. 62), do reconhecimento mútuo – entre produtor e comprador (ibid., p. 64) – dos valores compartilhados. É nesse contexto que a cidade, centro da venedade das coisas (ibid., p. 67), nas palavras

do autor, surge como o lugar do desamparo, o equivalente psíquico à ideia de (des)enraizamento, de estranhamento, de perdas, que o texto ora em foco traz à tona, ainda que o autor nele também registre aspectos positivos da vida metropolitana.

Embora não seja possível discutir em profundidade a noção freudiana de desamparo nestas minhas notas breves, nem o meu objetivo aqui – essa é uma tarefa para os teóricos da psicanálise –, é preciso indicar ao leitor, mesmo que de maneira sucinta, notadamente àquele menos familiarizado com a teoria psicanalítica, como e por que o desamparo marca a condição humana a fim de tornar plausíveis as ideias ora compartilhadas.

Em termos freudianos, o desamparo, circunstância psíquica a partir da qual se estrutura a subjetividade, está associado à separação da mãe e, conseqüentemente, à ameaça quanto à própria sobrevivência vivida pelo bebê humano por ocasião do nascimento. Uma experiência de desamparo, conforme anota Rocha (1999), ou um estado de desamparo, como preferem Laplanche e Pontalis (2007), decorrente da incapacidade do recém-nascido humano de valer-se a si mesmo em relação às suas necessidades vitais, a exemplo da fome, da sede, etc. Trata-se, pois, num primeiro momento da vida humana, de uma experiência biológica assinalada pela perda, pela separação do espaço uterino onde as condições de vida estavam asseguradas. Um estado de profunda carência, portanto, do recém-nascido em relação ao cuidado e à proteção de um outro ser humano a fim de que a vida lhe seja preservada. Essa experiência de perda manifesta-se no “primeiro grito” dado pelo bebê humano. Um “primeiro grito de desamparo”,

anota André (2010, p. 38), que anuncia o estado de desamparo como marca definitiva da condição humana.

Para Freud (1926), esse estado de desamparo derivaria do fato de que “comparada à da maioria dos animais, a vida intrauterina do homem é relativamente curta e quando é *lançado ao mundo* [o bebê humano está] menos acabado do que eles” (destaques meus). Despreparado, o mundo externo se mostra terrivelmente ameaçador a ponto de suscitar o grito de que fala André, um grito que vai bem além das motivações biológicas também nele manifestas. Freud utiliza a palavra *Hilflosigkeit* para expressar essa circunstância, biológica num primeiro momento, repito, mas, sobretudo psíquica, no que se refere à constituição do sujeito humano. Zeferino Rocha, ao discutir esse ponto fundamental da teoria freudiana, anota-lhe o sentido preciso:

A palavra *Hilflosigkeit* [...] é composta do substantivo *Hilfe* que quer dizer auxílio, ajuda, proteção, amparo, do sufixo adverbial modal *losig*, que indica carência, ausência, falta de, e ainda da terminação *keit*, que forma substantivos do gênero feminino, cujo correspondente em português é a terminação “dade”. A palavra *Hilflosigkeit* significa, portanto, uma experiência na qual o sujeito humano se encontra sem ajuda – *hilfflos* – sem recursos, sem proteção, sem amparo. Uma situação, portanto, de desamparo. (1999, p. 334)

Seria essa situação de desamparo que caracteriza o humano a razão de a cidade se mostrar tão ameaçadora? Seria contra esse desamparo inconsciente, arquetípico, que seria preciso criar um órgão protetor? Mas não seria a cidade justamente um elemento de

proteção? Não seria a cidade uma expressão de maturidade da civilização? Um modo de sobreviver – e de bem viver – a momentos ameaçadores da vida, tal como ocorre com o ser humano uma vez adulto?

São questões pertinentes, na medida em que a experiência de desamparo vai bem além do biológico – e é precisamente esse ir além do biológico que me interessa aqui, uma vez oferece a chave para a leitura que ora faço da escrita simmeliana. Pereira (1997) anota justamente esse ponto quando apoiado em Jacques Lacan lembra que,

[...] o fundo essencial da questão [do desamparo] não deve ser situado na perspectiva biológica enquanto tal [...], mas a partir do fato que essa situação deixa transparecer uma *falta fundamental* – cujo sentido subjetivo é o de uma perda ou de uma separação – à qual cuidado algum [ou coisa alguma] pode suprir. (p. 31, destaques meus)

Seria a cidade, tida e vivida como o ambiente construído, um elemento substitutivo dessa falta fundamental de que fala a psicanálise? Seria ela um sucedâneo do útero,⁴ isto é, um espaço substitutivo por excelência? Teria sido a percepção dessa função psíquica do espaço edificado que levou Bachelard (1978) a anotar que “só mora com intensidade aquele que já soube encolher-se”?

Para os que podem considerar essa ideia demasiadamente psicanalítica, convém lembrar que a palavra metrópole deriva do grego *métra* “matriz, útero, ventre”, metrópolis é “cidade mãe”, conforme registra o Houaiss. Para além de uma definição técnica, convém acompanhar o testemunho de Saragat quando, escrevendo sobre a terra onde

nasceu, Azinhaga, associa precisamente esses dois espaços fundamentais na vida humana. Diz ele:

[...] essa pobre e rústica aldeia, com sua fronteira rumorosa de água e de verdes, com suas casas baixas rodeadas pelo cinzento prateado dos olivais [...] foi o *berço* onde se completou a minha gestação, a *bolsa* [útero] onde o pequeno marsupial se recolheu para fazer a sua pessoa, em bem e talvez em mal, o que por ela própria, calada, secreta, solitária, poderia ter sido feita. (2006, p. 11, destaques meus)

Sob essa perspectiva, a cidade desempenharia uma função psíquica de natureza substitutiva, ainda por melhor investigar. Seria esse caráter substitutivo o centro do mal-estar, vivenciado por tantos, em relação à cidade? Construída para dar ao homem segurança e felicidade, como queria Aristóteles (apud, Sitte, 1996, p. 2) – à semelhança, precisamente, do ventre materno, um espaço “onde estávamos em segurança e nos sentíamos tão bem”, como escreveu Freud – teria ela falhado ao trazer à tona o desamparo que nos faz humanos? Quem sabe, talvez busquemos na cidade muito mais do que ela tem a oferecer. Buscamos segurança e felicidade quando a condição humana implica falta, incompletude, desamparo.

A cidade dos homens: afeto e reconhecimento

Um outro ponto a destacar na noção de *Hilflosigkeit* diz respeito ao fato de que, em termos psíquicos, o desamparo inicial do

recém-nascido em relação à figura materna, principalmente, aponta para a onipotência do outro na constituição do sujeito humano, conforme assinalam Laplanche e Pontalis no texto citado. Esse ponto é essencial porque é em decorrência dessa dependência subjetiva em relação a um outro sujeito que a experiência de desamparo deixa de ser circunstancial por ocasião do nascimento, “uma experiência singular de abandono”, como anota André (2010, p. 38), para se mostrar como elemento estruturante do sujeito humano. Em outras palavras, para além do biológico, das necessidades básicas de sobrevivência, o sujeito humano está destinado a se constituir inteiramente dependente de um outro sujeito, uma ideia que a filosofia já anunciara, como se sabe, ainda que com enquadramento epistemológico distinto.

Nesse sentido, diz Freud (1926), “o fator biológico [que] está na origem das primeiras situações de perigo [...] cria a necessidade de ser amado, que não abandonará jamais o ser humano” (apud Rocha, 1999, p. 335). A experiência de desamparo assinala, pois, para o sujeito humano, sua condição de refém, para sempre, do amor – da atenção, do reconhecimento do outro – sobre o qual se sustentam as relações humanas. É, portanto, essa circunstância psíquica que faz do estado de desamparo uma experiência própria da condição humana, repito, e, do outro, um elemento essencial na construção da subjetividade.

Assim, anota Rocha, essa experiência originária de desamparo, em termos estritamente psicanalíticos, transforma-se em “modelo de inúmeras outras situações de desamparo com as quais necessariamente o homem se confronta no decorrer da existência” (ibid.,

p. 336). Uma vez marcado por esse selo (ibid., p. 335), o sujeito humano vivenciará o desamparo, ainda que de modo inconsciente, em outras situações existenciais, como um padrão que se repete *ad infinitum*.⁵ É precisamente nesse ponto que a noção de desamparo pode ser útil para melhor entender os modos de subjetivação na cidade. Agora, à dor da perda – de um ambiente onde as relações são “pautadas pela sensibilidade”, onde “produtor e comprador se conhecem” –, associa-se a necessidade de reconhecimento do outro, circunstância própria da experiência de desamparo.

Nesse sentido, talvez menos a cidade grande em si mesma e mais riscos de natureza psíquica estejam no centro do sentimento de (des)enraizamento, de perda, de ameaça de não reconhecimento, que o texto simmeliano registra. E isso menos pela cidade grande em si do que pela idealização de um espaço-tempo-circunstância para sempre perdido representado pela vida na aldeia, uma ideia ilusória que encanta ainda, como o canto da sereia, o habitante da era das megalópoles.

Caligaris (1974) assinala precisamente esse ponto quando chama a atenção para um pretense desejo de vida no campo que parece atrair a muitos, mas que, na realidade, é um projeto de vida que poucos querem efetivamente viver –, como, aliás, indica o crescente aumento de população nas cidades e não no campo. “Por que será, pergunta Caligaris, que o campo aparece tão frequentemente como *o lugar de uma verdade perdida* para quem se aventurou na cidade?” (ibid., p. 84, destaques meu).

Talvez porque, em termos psicanalíticos, a cidade nos faz viver “o imperativo de se fazer valer”, como afirma Caligaris

(ibid.), arriscando, ele próprio, uma resposta à questão formulada quanto à frequente nostalgia da vida no campo vivenciada por quem habita a cidade. Em outras palavras, a cidade traria à tona o risco do não reconhecimento, uma ameaça tão assustadora para o psiquismo quanto a não satisfação, para o bebê humano das suas necessidades biológicas.

Reduzidos a *um grão de areia*, como anotou Simmel (2004, p. 75), a cidade nos desespera, nos atemoriza. Vale dizer, nos faz reviver, inconscientemente, mais uma vez, a ameaça de não sobrevivência, desta feita psíquica, presente na situação originária de desamparo. Atordoados por essa dor psíquica, atribuímos ao campo, aqui sinônimo da aldeia, de cidade pequena ou de qualquer espaço idealizado, o poder de “amenizar o peso da convivência social”, como anota Caligaris no texto citado, um peso contra o qual a antipatia própria de quem vive na cidade grande nos protege, como escreve Simmel.

Nesse sentido, a cidade mostra-se como um fenômeno que vai muito além do que é perceptível à luz do quadro de referências próprio do século XIX, como anotou o jornal parisiense. Lançado ao *mundo* e despreparado em relação às outras espécies, o ser humano vivencia a cidade como uma construção socioespacial, sim, mas, também e, quiçá principalmente, como uma experiência subjetiva, como um modo de habitar o mundo. Talvez por isso só os poetas tenham conseguido compreendê-la adequadamente como a morada humana, tida aqui muito mais como uma busca do que um objeto em sua materialidade. Sob esse modo de ver, a cidade seria uma resposta possível, humana – a coisa humana por exce-

lência, como escreveu Levi-Strauss em *Tristes Trópicos* –, ao estado de desamparo de que se falou aqui.

Talvez seja a não compreensão, ainda, das circunstâncias psíquicas presentes na construção e na apropriação da cidade dos homens que nos faz tão inquietos, mesmo na era das megalópoles. Talvez ainda não tenhamos compreendido que a função substitutiva que lhe atribuímos é impossível de ser desempenhada. Um espaço de acolhimento não apenas para o corpo e suas necessidades objetivas, mas, sobretudo, para a alma (Rykwert, 1997). Talvez queiramos dela mais do que ela pode dar. Talvez queiramos dela a segurança e o bem-estar que a condição humana não permite obter.

Em outras palavras, se do ponto de vista do “espírito objetivo” a cidade se constrói para oferecer o espaço do abrigo às muitas atividades humanas, para exercer o papel de sede da atividade econômica, dentre tantas outras funções, do ponto de vista do “espírito subjetivo”, seria outro o tipo de reclamo humano ao qual ela deveria atender.

Por fim, importa chamar a atenção do leitor para dois pontos, em particular. O primeiro diz respeito ao fato de que a experiência de desamparo deve ser vista não como uma fatalidade, mas como um desafio, como anota Rocha na obra já mencionada aqui. Nesse sentido, diz ele, o desamparo é uma experiência positiva porque, diferentemente de outras organizações psíquicas, abre para a alteridade. Assim, diferentemente do desespero, consequência de um grito que fica sem resposta, ainda seguindo Rocha, a experiência de desamparo nos move na direção de encontrar saídas para as muitas situações de profunda carência que a vida nos faz viver.

Sob essa perspectiva, penso que o “órgão protetor” para viver a cidade seria precisamente a compreensão das funções psíquicas que inconscientemente lhe atribuímos. A compreensão, por exemplo, de que o (des)enraizamento de que fala Simmel, o sentimento que a vida urbana explicita, é parte da experiência humana e não uma condição específica da cidade grande. Nesse sentido, a maturidade, pessoal e histórica, nos protege à semelhança do que ocorre com o desenvolvimento psíquico que faz do bebê humano inteiramente vulnerável, um adulto capaz de lidar com as diversas situações que o estado de desamparo o faz viver.

É esse o fio condutor por mim perseguido a partir da relação entre cidade e psiquismo extraordinariamente intuída pelo sociólogo alemão. “Uma relação eterna, indissolúvel”, como a ela se referiu Thomas Bernhard (2006), ao escrever sobre Salzburg.

Um segundo ponto a anotar à guisa de conclusão é que, uma vez tida como válida a hipótese levantada ao longo do texto, a cidade, inclusive em sua materialidade, não é algo apartado do sujeito. Não é apenas um invólucro, não é um mero palco para as muitas atividades, tampouco a sua arquitetura é redutível à simples construção de equipamentos. Compreender a cidade como coisa humana implica reconhecê-la também como um fenômeno marcado pela subjetividade que caracteriza tudo que é humano.

É evidente que isso não significa de modo algum desconsiderar ou minimizar as demais dimensões da cidade, seu “espírito objetivo”, mas antes inquirir sobre sua alma precisamente como fez Simmel nos idos de 1903.

A cidade dos homens sempre nos fará inquietos. Não há paz a esperar, diz Caligaris no texto já citado, mas será também sempre e necessariamente a morada humana por exceção. Um espaço privilegiado para a aventura

existencial que nela se expressa de modo pleno e irrenunciável.

Sob esse modo de ver, como bem anotou Simmel, não nos cabe acusar nem perdoar, apenas, à semelhança de nós mesmos, compreender.

Lúcia Leitão

Doutora em arquitetura. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, Brasil.

lucia.leitao@pq.cnpq.br

Notas

- (1) Manière de Voir. L'urbanisation du monde. *Le Monde diplomatique*. Paris, décembre 2010 - Janvier 2011, p. 5.
- (2) *Cidade dos homens* é o título de um livro da professora emérita da UnB, Barbara Freitag, publicado no Rio de Janeiro pela editora Tempo Brasileiro em 2002.
- (3) *Et la planète devint ville* é uma das matérias publicadas no n. 114 do *Le Monde Diplomatique* e refere-se ao período que vai de 1800 a 2000.
- (4) A ideia de ambiente construído como um substituto do espaço uterino foi indicada por Freud (2010 [1929-30], p. 451) "A casa, [é] um sucedâneo do ventre materno, a primeira morada [espaço que] ainda desejamos, onde estávamos em segurança e nos sentíamos tão bem". Tradução livre da autora a partir da edição francesa: "*la maison d'habitation um substitut du ventre maternel, ce premier habitacle qui vraisemblablement est toujours resté objet de désirance, où l'on était en sécurité et où l'on se sentait si bien*".
- (5) O desconforto próprio dessa experiência originária surge na vida cotidiana em momentos de perdas importantes a exemplo das situações de luto, de separações, de falta de, portanto, em relação a um objeto ou a uma circunstância em que o amor, a presença, o cuidado do outro apazigua, ainda que momentânea e ilusoriamente, o estado de desamparo que nos faz humanos.

Referências

ANDRÈ, J. (2010). *Les 100 mots de la psychanalyse. Que sais-je?* Paris, PUF.

BACHELARD, G. (1978). *A poética do espaço*. São Paulo, Abril Cultural (Col. Os Pensadores).

- BARDET, G. (1990). *O urbanismo*. Campinas, Papirus.
- BAUDELAIRE, C. (1999) [1857]. *Les fleurs du mal*. França, Le Livre de Poche.
- BERNHARD, T. (2006). *Origem*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CALLIGARIS, C. (1994). "Elogio da cidade". In: PECHMAN, R. (org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ.
- FREUD, S. (2009) [1926]. Inhibition, symptôme et angoisse. *Œuvres complètes de Freud (Psychoanalyse)*. Paris, PUF, pp. 113-205.
- _____ (2010) [1929-30]. Le malaise dans la culture. *Œuvres complètes de Freud (Psychoanalyse)*. Paris, PUF, pp. 421- 506.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B. (2007) [1967]. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris, PUF.
- LEFEBVRE, H. (2010) [1989]. Métamorphoses planétaires. *Manière de Voir*. Paris, Le Monde diplomatique, décembre 2010 - janvier 2011.
- MITSCHERLICH, A. (1970). *Psicanalyse et urbanisme: réponse aux planificateurs*. Paris, Gallimard.
- MUMFORD, L. (1982). *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes.
- PEREIRA, M. (1997). O pânico e os fins da psicanálise: a noção de desamparo no pensamento de Lacan. *Percurso*, n. 19. 2, pp. 29-36.
- ROCHA, Z. (1999). Desamparo e metapsicologia. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 26, n. 86, pp. 331-346.
- RYKWERT, J. (1997) [1981]. *On Adam's house in paradise*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- SAID, E. (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SARAMAGO, J. (2006). *As pequenas memórias*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SIMMEL, G. (2004) [1903]. "Métropoles et mentalité". In: GRAFMEYER e JOSEPH (orgs.). *L'école de Chicago - naissance de l'écologie urbaine*. França, Champs, Flammarion.
- SITTE, C. (1996) [1889]. *L'art de bâtir les villes - l'urbanisme selon ses fondements artistiques*. Paris, Éditions du Seuil.
- VELHO, O. (org.). (1976). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.

NOTA: Parte das referências bibliográficas está indicada em francês, inclusive o texto de Simmel (Métropoles et mentalité), porque estou em Paris realizando estágio pós-doutoral (Universidade Paris-Descartes, Sorbonne). Por essa razão, não tenho à mão, em português, os textos aqui indicados em francês. Aproveito a oportunidade para registrar oficialmente os meus agradecimentos à Capes, cuja bolsa de estudos me permite realizar o estágio referido.

Texto recebido em 4/nov/2010
 Texto aprovado em 15/dez/2010

